



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Henrique Pires

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER nº

A MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO Nº 57/2022 – GG
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 33, de 07 de julho de 2022, que:

“Dispõe sobre as alíquotas do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – aplicáveis as operações com combustíveis e energias elétricas e às prestações de serviços de comunicação, em cumprimento ao disposto no art. 32-A da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, que incluiu o art. 32-A da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.”

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES

I – RELATÓRIO

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Ordinária do Governo de nº 33/2022, encaminhado através da Mensagem do Poder Executivo de nº 57, de 07 de junho de 2022, que dispõe sobre as alíquotas do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – aplicáveis as operações com combustíveis e energias elétricas e às prestações de serviços de comunicação, em cumprimento ao disposto no art. 32-A da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, que incluiu o art. 32-A da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Em fundamento à sua pretensão, o Excelentíssima Senhora Governadora encaminhou o presente projeto visando adequar a legislação estadual ao disposto no art. 2º da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022, que inclui o art. 32-A da Lei Complementar Federal 87, de 13 de setembro de 1996, para determinar que a alíquota do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Henrique Pires

prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aplicáveis às operações como combustível e energia elétrica e às prestações de serviços de comunicação, ficando estes, limitados a 18% (dezoito por cento)

Examinando a questão passo a opinar.

II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, registra-se que não se divisa de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias ao poder reformador.

Igualmente, anota-se que a técnica legislativa não demanda reparos.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pelo Chefe do Poder Executivo, no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade, motivo pela qual, entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 11 de junho de 2022.

DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR

*Dip Franzi acata o
Parecer da Comissão de
Justiça
Franzi*

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 12/07/2022

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:

*Justiça e
Finanças*